



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

Aos 06 dias do mês de abril de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Formato misto (presencial + videoconferência)**

##### **15:00 HORAS**

Audição, por videoconferência, do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, requerida pelo PCP, «para discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar».

##### **16:00 HORAS**

Audição conjunta, por videoconferência, da Associação Portuguesa da Fertilidade e da Sociedade Portuguesa da Medicina de Reprodução, requerida pelo PCP, «para discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar».

---

##### **15:00 HORAS**

Audição, por videoconferência, do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), requerida pelo PCP, «para discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar».

A Presidente agradeceu a presença da Presidente do CNPMA, Dra. Carla Rodrigues e dos Conselheiros Carlos Calhaz Jorge e Carlos Plancha. Concedeu depois a palavra à Deputada Paula Santos.

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP e contextualizou a situação atual no que concerne ao acesso às técnicas e tratamentos de procriação medicamente assistida (PMA), questionando de seguida sobre os dados respeitantes às listas de espera para os tratamentos e consultas de PMA, o estado dos centros de PMA e sobre a suficiência do alargamento do prazo dos tratamentos por 6 meses, conforme previsto na Circular 4/2021.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

Respondeu a Presidente do CNPMA afirmando que não tem acesso a dados concretos sobre os tempos e listas de espera, que são da responsabilidade do Ministério da Saúde, confirmando que a pandemia teve de facto impacto no acesso aos tratamentos de PMA, tal como demonstrado pelos resultados de um inquérito acerca desta problemática, mais declarando que fez um apelo a que se prorrogasse o prazo dos tratamentos, sem que tenha havido resposta.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Elza Pais, que salientou a importância que a PMA tem assumido na política governativa do PS e questionou sobre o adiamento entendido como ideal para o limite de idade atualmente estabelecido e quais as soluções para aumentar o número de doações no banco público de gâmetas; Sandra Pereira, que questionou sobre os números dos atrasos nos tratamentos, os ciclos de tratamento, a significância das listas de espera e sobre a suficiência da Circular para resolver os problemas dos atrasos no acesso aos tratamentos; Moisés Ferreira, que questionou sobre a existência de exclusões, por via administrativa, das listas de espera, sobre a necessidade ou desnecessidade de reformulação da circular para resolver os problemas existentes e sobre as medidas imediatas a tomar para impedir exclusões das listas de espera; Ana Rita Bessa, que questionou sobre quais as soluções a adotar para se resolverem rapidamente os atrasos e se faz sentido celebrar protocolos com instituições privadas como meio de recuperação de atrasos; Cristina Rodrigues, que colocou perguntas sobre o tempo necessário para recuperar os atrasos, as prioridades de investimento na área da PMA e os meios necessários, perguntando ainda se merece concordância o alargamento da idade limite para acesso aos tratamentos.

Respondeu a Presidente do CNPMA, que referiu que chegou ao conhecimento do Conselho que houve pessoas excluídas das listas de esperas, que correspondem aos números apresentados pelo PSD, mais referindo que foi sugerida a suspensão do critério etário para se recuperarem os atrasos, tendo sido encontrada uma solução intermédia que é a proposta pela Circular, sendo prematuro dizer que esta prorrogação dos tratamentos por 6 meses não chega, mas é de rezear que assim seja, tendo em conta os problemas estruturais existentes. Esclareceu também que tem que haver um forte investimento a nível financeiro e humano para resolver os problemas existentes, notando a criação do Grupo de Trabalho para discutir esta temática e apresentar soluções, antevendo quais serão as suas conclusões, tendo voltado a frisar que o alargamento da idade não é a solução para resolver os atrasos nos tratamentos.

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL**

O Conselheiro Carlos Calhaz Jorge facultou dados sobre os tratamentos, notando que houve um decréscimo mais acentuado no público do que no privado, esclarecendo que a recuperação das listas de espera está ligada ao aumento da capacidade e não tanto ao proposto pela Circular, que trata do aumento do limite idade dos ciclos reprodutivos financiados pelo SNS. Referiu que os tempos de espera não serão tão dilatados quanto foi informado, mais afirmando que os protocolos com instituições privadas são uma solução, desde que haja disponibilidade e condições para tal, terminando por notar que depois dos 40 anos de idade a diminuição da capacidade reprodutiva é muito grande.

O Conselheiro Carlos Plancha voltou a frisar que o aumento do limite de idade não é solução, tendo de existir um reforço de meios para tratar as pessoas no tempo correto, em particular no banco público de gâmetas.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Correia, Sandra Pereira, Moisés Ferreira e Paula Santos, que foram prestados pela Presidente do CNPMA.

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade da Presidente e dos Conselheiros do CNPMA, salientando a pertinência dos esclarecimentos prestados, dando de seguida a audição por encerrada.

**16:00 HORAS**

Audição conjunta, por videoconferência, da Associação Portuguesa da Fertilidade (APF) e da Sociedade Portuguesa da Medicina de Reprodução (SPMR), requerida pelo PCP, «para discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar».

A Presidente agradeceu a presença da Presidente da APF, Dra. Cláudia Vieira e do Presidente da SPMR, Dr. Pedro Xavier. Concedeu depois a palavra à Deputada Paula Santos.

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP e deu conta do que é o quadro atual do acesso aos tratamentos de PMA e as dificuldades suscitadas pela presente situação pandémica, questionando sobre os dados concretos acerca dos atrasos e das listas de espera, o conhecimento de casos de exclusão das listas de espera, as medidas necessárias para combater os atrasos e reforçar a capacidade de resposta dos centros públicos, sobre a implementação das medidas constantes da



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

Circular da ACSE e sobre se a prorrogação do prazo por 6 meses é suficiente para se recuperarem os atrasos.

Respondeu a Presidente da APF, começando por referir que as dificuldades foram bem apontadas pelo PCP, dificuldades que aliás já existiam antes da pandemia, sendo necessário investir nos profissionais para que estes se mantenham no setor público, pois o investimento em recursos humanos, a fixação de profissionais na área da medicina de reprodução e o reforço do serviço público são cruciais, não sendo solução o encaminhamento dos utentes para o serviço privado, nem sendo suficiente o prazo de 6 meses para resolver os atrasos existentes.

O Presidente da SPMR reforçou a ideia de que os problemas da PMA existem há anos e que os centros públicos estão a trabalhar no limite, sendo fulcral o investimento integrado em recursos humanos, espaços e equipamentos.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Elza Pais, que questionou sobre a suficiência do prazo de prorrogação por 6 meses previsto na Circular, sobre se as preocupações transmitidas na presente audição serão incorporadas nas conclusões do Grupo de Trabalho entretanto criado e quais as soluções propostas para resolver o problema das doações junto do banco público de gâmetas; Sandra Pereira, que questionou sobre a Circular e sobre o prazo razoável para resolver o problema existente, sobre a *ratio* por detrás do aumento da idade máxima de acesso aos tratamentos e sobre os tempos de espera e as soluções para resolver o problema do banco público de gâmetas; Moisés Ferreira, que questionou sobre o conhecimento da existência de exclusão de pacientes das listas de espera, sobre as soluções para resolver o problema dos atrasos e as medidas necessárias para reforçar os centros públicos de PMA e do banco público de gâmetas; Ana Rita Bessa, que questionou sobre a exequibilidade e a suficiência da solução proposta pela Circular da ACSS, sobre a possibilidade de celebração de protocolos com entidades privadas, como meio de resolver o problema existente, e sobre as expetativas quanto ao Grupo de Trabalho entretanto criado; Cristina Rodrigues, que colocou perguntas sobre a existência e a suficiência de respostas de apoio psicológico para os que acedem aos tratamentos de PMA junto do SNS e se merece concordância o aumento da idade limite para acesso aos tratamentos no SNS.

Respondeu o Presidente da SPMR, referindo que a prorrogação por 6 meses é insuficiente, avançando com a sugestão de aumento do prazo de prorrogação por 12

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL**

meses para melhor fazer face aos problemas existentes. Referiu que as conclusões do Grupo de Trabalho entretanto criado só adiantarão se se concretizar o que vier a ser proposto, frisando também que, quanto ao banco público de gâmetas, o problema é originário, visto que criar uma entidade sem autonomia e não a dotar dos meios e do financiamento necessário é votá-la ao fracasso, sendo necessário vontade para se dotarem as estruturas do investimento necessário. Concluiu que o aumento da idade limite para acesso aos tratamentos não é uma boa solução, tendo em conta os meios existentes.

A Presidente da APF voltou a salientar que o problema da PMA em Portugal é um problema estrutural, que urge ser resolvido, acrescentando ainda que o prazo proposto pela Circular é insuficiente e que é necessário um reforço do apoio psicológico, pois o mesmo é muito deficitário, concluindo ser necessário haver vontade para concretizar as medidas propostas, pois está na mão de todos proporcionar os meios para dinamizar o acesso à PMA.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Correia, Sandra Pereira, e Paula Santos, que foram prestados pela Presidente da APF e pelo Presidente da SPMR.

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade da Presidente da APF e do Presidente da SPMR, salientando a pertinência dos esclarecimentos prestados, dando de seguida a audição por encerrada.

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação das audições efetuadas durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#) e neste [link](#).

Palácio de São Bento, 09 abril 2021.

**A PRESIDENTE**



**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
André Ventura (CH)  
Elza Pais (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Pureza (BE)  
Bebiana Cunha (PAN)